

RESUMO EXPANDIDO - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E JUSTIÇA SOCIAL

**CAPACITISMO NA ESCOLA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Dominique Nobre Jacinto (dominiquenjacinto@gmail.com)

Giovana Gândara (giovanagxndara@gmail.com)

Iara Monteiro Moraes (iaramonteiomoraes@gmail.com)

Marceli Aviz Silva (marcely.aviz@gmail.com)

Sarah Miranda Eleres (SARAH41331@famaz.com.br)

Profª.Dra. Bárbara Araújo Sordi (BARBARASORDI@famaz.edu.br)

Introdução: O capacitismo refere-se ao preconceito e à discriminação dirigidos às pessoas com deficiência, manifestando-se também no contexto escolar por meio de práticas e discursos excludentes frequentemente naturalizados (DINIZ, 2019). A ausência de debates sistemáticos sobre o tema contribui para a manutenção de violências simbólicas nas relações educacionais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orienta a construção de práticas pedagógicas voltadas ao atendimento das necessidades educacionais dos estudantes. Na adolescência, especialmente no 9º ano do ensino fundamental, fase marcada por intensas transformações

biopsicossociais e pela busca de pertencimento aos grupos de pares (PAPALIA; MARTORELL, 2021), atitudes discriminatórias podem emergir de forma velada, manifestando-se em brincadeiras e interações cotidianas, reforçando processos de estigmatização. O presente relato de experiência, desenvolvido no âmbito das disciplinas de Psicologia Escolar, Projeto Integrador IV e Psicologia, Diversidade e Inclusão Social, surgiu a partir de uma demanda institucional identificada em uma escola de ensino fundamental. Em consonância com essa demanda, a intervenção foi planejada de forma lúdica e contextualizada, promovendo discussões sobre capacitismo e inclusão e compreendendo a educação como espaço de diversidade e justiça social, com efeitos formativos para estudantes e autoras. Objetivo: Realizar uma intervenção psicossocial sobre o tema de capacitismo com discentes do 9º ano do Ensino Fundamental, promovendo a conscientização sobre a discriminação, o reconhecimento de comportamentos e atitudes capacitistas no ambiente escolar, e a importância da denúncia para combater tais práticas. Os objetivos específicos são: promover informações acerca de atitudes capacitistas no contexto escolar; provocar reflexões sobre posturas capacitistas e informar e sensibilizar os estudantes sobre os efeitos do capacitismo. Metodologia: A etapa diagnóstica foi realizada em 26 de março de 2025, em uma escola pública localizada no bairro PAAR, no município de Ananindeua (PA), mediante autorização da gestão escolar e em conformidade com os princípios éticos que orientam intervenções no contexto educacional. Inicialmente, realizou-se entrevista com a psicóloga escolar da instituição, em ambiente reservado, com o objetivo de compreender a demanda institucional e as especificidades do contexto escolar. A entrevista foi registrada e posteriormente transcrita, possibilitando a análise das informações e sua articulação com os referenciais teóricos estudados. Concomitantemente, aplicou-se um questionário aos estudantes do 9º ano, visando investigar seus conhecimentos e percepções acerca do capacitismo, da diversidade e da inclusão no ambiente escolar, com foco nas experiências relacionadas às pessoas com deficiência. Na metodologia de ação, realizou-se uma oficina sobre capacitismo com o objetivo de informar e sensibilizar os estudantes do 9º ano acerca dos desafios enfrentados por pessoas com deficiência, configurando-se também como uma experiência formativa para as discentes responsáveis pela intervenção, que participaram ativamente da organização,

execução e mediação de todas as etapas do processo. A turma foi dividida em grupos e cada um recebeu histórias fictícias elaboradas previamente, nas quais personagens com deficiência enfrentavam dificuldades no cotidiano sem que a deficiência fosse explicitamente revelada, exigindo dos estudantes uma análise atenta e reflexiva. Ao longo da atividade, as discentes acompanharam os grupos, fomentando o diálogo, a problematização crítica e a construção coletiva de propostas inclusivas; a partir das pistas presentes nas narrativas e das discussões mediadas, os estudantes conseguiram identificar as deficiências envolvidas, reconhecer atitudes capacitistas e propor estratégias voltadas à promoção da inclusão. Na etapa seguinte, realizou-se uma roda de conversa em que os estudantes compartilharam suas conclusões, articulando os desafios apresentados nas narrativas fictícias com situações vivenciadas no cotidiano escolar e refletindo sobre os sentimentos mobilizados durante a leitura das histórias. Esse momento possibilitou a ampliação do debate e a problematização coletiva das práticas naturalizadas no ambiente educacional. Ao final, apresentou-se uma síntese dos principais pontos discutidos, enfatizando a empatia, o reconhecimento das diferenças e a necessidade de construção de atitudes inclusivas nas relações interpessoais. Como forma de valorização da participação e de reforço simbólico do compromisso com a diversidade, os alunos receberam kits alusivos à temática trabalhada, fortalecendo o caráter formativo da ação. Desse modo, a oficina favoreceu reflexões críticas sobre o capacitismo e estimulou a adoção de posturas mais conscientes e inclusivas tanto no contexto escolar quanto nas demais esferas sociais. Discussão: Os resultados da intervenção evidenciam que o capacitismo permanece estruturado no cotidiano escolar, manifestando-se de forma predominantemente naturalizada e, muitas vezes, não reconhecida enquanto prática discriminatória. A dificuldade apresentada pelos estudantes em conceituar o capacitismo, associada à identificação empírica de barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência, sugere a existência de um processo de invisibilização do preconceito, conforme problematizado por Diniz (2019), ao afirmar que o capacitismo opera como um marcador social profundamente enraizado nas estruturas institucionais. As interações observadas durante as atividades revelaram que atitudes socialmente legitimadas, como a superproteção e o tratamento pautado na piedade, são frequentemente

compreendidas como cuidado, quando, na realidade, reforçam a negação da autonomia e da agência das pessoas com deficiência. Tal constatação dialoga com Sousa (2022), que destaca o caráter velado do capacitismo no ambiente escolar, sustentado por práticas que reproduzem hierarquias simbólicas e relações assimétricas entre estudantes. A presença de alunos com deficiência no desenvolvimento da intervenção ampliou o alcance das discussões, ao possibilitar a emergência de narrativas que frequentemente permanecem silenciadas no contexto escolar. Esses relatos evidenciam o que Fabiano (2021) denomina apagamento institucional, caracterizado pela deslegitimação de experiências que escapam aos padrões normativos. A visibilização dessas vivências durante a intervenção demonstrou o potencial das práticas psicossociais na desconstrução de discursos hegemônicos e na produção de espaços de reconhecimento e pertencimento. Ademais, a mediação realizada ao longo da roda de conversa reforçou a centralidade da Psicologia Escolar na promoção de práticas educativas comprometidas com a inclusão. Conforme as Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia (2019), a atuação do psicólogo no contexto educacional deve priorizar ações coletivas, voltadas à problematização das relações institucionais e à transformação das práticas pedagógicas excludentes. Nesse sentido, os resultados indicam que intervenções de caráter dialógico favorecem a ressignificação de concepções sobre deficiência, deslocando o foco da limitação individual para as barreiras sociais e atitudinais. Assim, evidencia-se que o enfrentamento do capacitismo no ambiente escolar demanda mais do que ações informativas pontuais, requerendo intervenções contínuas que promovam a reflexão crítica sobre práticas naturalizadas. O significado desses resultados reside na reafirmação da escola como espaço estratégico para a promoção de uma cultura inclusiva, na qual a diversidade seja reconhecida como constitutiva das relações sociais e educacionais, em consonância com os princípios dos direitos humanos e da justiça social. Considerações Finais: Dessa forma, a intervenção psicossocial realizada no contexto escolar evidenciou a importância de ações educativas voltadas ao enfrentamento do capacitismo e à promoção de uma educação inclusiva. A experiência permitiu observar que práticas capacitistas permanecem naturalizadas no cotidiano escolar, muitas vezes invisibilizadas por discursos que minimizam ou banalizam a discriminação, confirmando o que Fabiano

(2021) aponta como apagamento institucional das vivências que fogem aos padrões normativos. As atividades desenvolvidas possibilitaram a problematização dessas práticas, favorecendo a conscientização dos estudantes e o reconhecimento das barreiras atitudinais enfrentadas por pessoas com deficiência. Nesse sentido, a experiência reforça a compreensão de que a inclusão não se restringe ao acesso físico ao espaço escolar, mas envolve transformações nas relações, nos discursos e nas atitudes. Como desdobramento da atividade prática realizada com os alunos, foi confeccionada uma cartilha educativa sobre o enfrentamento ao capacitismo, cuja elaboração emergiu da necessidade de expandir e publicizar as reflexões construídas durante a intervenção, visto que a cartilha foi organizada como instrumento de sensibilização e orientação para a comunidade escolar, ampliando o alcance social da ação desenvolvida, culminando em seu processo de publicação e patentearação, reafirmando o compromisso das autoras com a difusão de práticas inclusivas. Ademais, os resultados da intervenção originaram o resumo expandido intitulado “CAMINHOS PARA INCLUSÃO: COMBATENDO O CAPACITISMO”, aprovado no IX UNIFAMAZCIÊNCIA, promovido pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa/Iniciação Científica e Extensão (NUPEX) do Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ), sendo reconhecido como o melhor resumo expandido do curso de Psicologia. Tal reconhecimento evidencia a relevância acadêmica e social da experiência, bem como o potencial transformador das práticas psicossociais no ambiente escolar. Desse modo, conclui-se que ações psicossociais no ambiente escolar constituem estratégias fundamentais para a construção de uma cultura educacional mais inclusiva, crítica e comprometida com a defesa dos direitos humanos e da diversidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica. Brasília, DF: CFP, 2019.

DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2019.

FABIANO, Fernanda da Rocha. O apagamento institucional dos racismos e das LGBTfobias nas escolas: pela construção de saberes a partir das margens. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, Criciúma, v. 3, p. 1–15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/view/7575>. Acesso em: 19 maio 2025.

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. Desenvolvimento humano. 14. ed. Porto Alegre: McGraw Hill Brasil, 2021.

SOUSA, J. M. de. Capacitismo no cotidiano escolar: reflexões sobre o preconceito invisível. Educação & Realidade, v. 47, n. 3, p. 1–20, 2022.

Palavras-chave: capacitismo; educação inclusiva; adolescência; psicologia escolar; diversidade e inclusão.